

## ATA Nº 217/2019

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social, Avenida Ernani Cotrin, 163, Centro, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro André Pinto Dalcarobo (APP). Estando presentes os conselheiros: Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Luciane Ferreira Medeiros (Secretaria de Assistência Social), Rosinetei Cardoso da Rosa (Clube Esperança), Fernanda Firmino da Silva (Secretaria de Saúde – CAPS), Elisson Afonso Clemente Mina (Polícia Militar), Eliezer Marques Costa (Grupo Escoteiro Carijós), Hamilton Gomes de Sousa (APAE), Pedro Paulo Cardoso Martins (SINTRESC), Vitor César Paris (Secretaria de Obras), e Bianca dos Santos Delfino (Secretaria de Administração e Finanças – setor pessoal). Ainda estiveram presentes: Guilherme Cechelero (assessor de rede), Pedro Gonçalves e Marcos Nunes (representantes da Associação Jorge Lacerda), Vera Lúcia P. de Souza (representante da Secretaria de Educação), Beatriz Antunes Almeida e Thuanny Machado (adolescentes da E.B.M. Dom Anselmo), Thiago Torquato Viana e Leonardo Rosa Medeiros Filho (Câmara de Vereadores), Priscila Alves Viana Pires (Conselho Tutelar). André inicia a reunião cumprimentando a todos. O presidente da Câmara de vereadores Thiago Viana se apresenta, e coloca a Câmara à disposição para assuntos do CMDCA, e também diz que pode colocar à disposição um participante do legislativo para estar participando das reuniões, informando que concordou com a resposta de que o representante do legislativo não tem uma cadeira para não misturar os poderes, mas diz que é bom que tenha uma pessoa do legislativo acompanhando as reuniões. André concorda. Vitor diz para encaminhar o cronograma das reuniões do CMDCA. André diz que já foi encaminhado a todos os vereadores e justamente deve ser por isso que o vereador se faz presente. Thiago pede licença para se retirar devido a Audiência Pública que logo acontecerá na Câmara às 10h. André informa a presença do assessor Guilherme Cechelero na reunião, e solicita a ele que se caso tiver alguma intervenção a fazer que o faça e informa que tiveram também encontro da assessoria no dia anterior, um encontro muito produtivo, no qual também foi discutido caminhar junto ao legislativo. André solicita que, com o auxílio da Secretária Luciane, os conselheiros que estiveram presentes na reunião anterior assinem a ata para assim aprová-la. André diz que a palavra-livre para assuntos gerais, como já foi discutido, será aberta ao final dos assuntos em pauta de modo que os assuntos fiquem mais organizados na ata. André informa que extraordinariamente a Comissão de Normas e Documentos deste conselho se reuniu na presente data às 7h30min, onde a Associação Jorge Lacerda apresentou um item arrumado para efetuar o registro da entidade no CMDCA, faltando uma assinatura em um documento do balanço contábil, portanto solicita que os assuntos referentes à entidade fiquem por último. Conselheiros concordam. André informa que receberam os ofícios da Polícia Militar, Polícia Civil e Associação Jorge Lacerda em resposta aos ofícios que foram encaminhados por este conselho que solicitou a indicação de representantes para compôr o CMDCA. André informa que da Polícia Militar está presente o cabo Elisson Afonso Clemente Mina, que foi indicado como suplente e como titular foi indicado o Eduardo Vieira de Oliveira. André diz que tiveram ótimas referências do Cabo Mina. Com a Polícia civil André reforça que conversou pessoalmente com o delegado Rubem Antônio Teston da Silva, que agora mandou ofício, oficializando que ficará o próprio Rubem como titular e como suplente: Ramon dos Santos de Medeiros. André aproveita para justificar a ausência de ambos, devido a uma operação, uma ação da polícia. Portanto imprevistos acontecem. Já a Associação Jorge Lacerda indicou como titular a Luana Faustino de Freitas, e como suplente: Marcos Paulo Nunes de Souza, aqui presente. Marcos informa que essa indicação será revista, visto que ele é prestador de serviços, terceirizado, portanto em breve será feita uma correção. André diz que deve então ser feita o quanto antes, mas que por enquanto estão Marcos e Pedro representando a entidade hoje na reunião. Conselheiros aprovam novos membros do CMDCA. André informa que alguns ofícios do CMDCA que são encaminhados não têm retorno ou tem uma resposta vaga. André explica que encaminhou um ofício ao Prefeito solicitando uma reunião, e que a ideia inicial era que o Prefeito auxiliasse na divulgação da Campanha do FIA de forma hierárquica, com uma solicitação de cima para baixo para ajudar a aumentar as arrecadações por parte das Pessoas Físicas, sejam Secretários, diretores que podem estar direcionando a verba da dedução do IR para o FIA, porém a resposta que tiveram é que se falasse com a Selma, que é Secretária de Administração e Finanças e com o Rogério, responsável pelo RH, e explica que essa não era a ideia inicial que era mobilizar toda a prefeitura e colocar como missão aos Secretários e diretores deduzir o Imposto de Renda Pessoa Física ao FIA, devido ao escasso tempo diz que esperava pelo

menos a prefeitura apoiasse, e a reunião seria também para prever ações em longo prazo, pensar na campanha para os próximos anos. André relata que também está em haver a resposta da solicitação de materiais e equipamentos para o CMDCA, e aproveita para dizer que a sala onde são feitas as reuniões hoje é pequena, que é responsabilidade do conselho convidar adolescentes para participar das reuniões do CMDCA, mas que não caberiam outros adolescentes na sala. Eliezer acrescenta que inclusive se viessem hoje todos os conselheiros não teriam lugar para sentar. André diz que no ofício encaminhado a administração foi solicitado também notebook e datashow próprios devido o conselho realizar eventos fora da Secretaria de Assistência Social em que é necessário levar os equipamentos, que muitas vezes não estão disponíveis, foi solicitado também uma copeira, serviços gerais para ficar disponível para o CMDCA, e a resposta que o prefeito encaminhou é que já existe uma que fica na Secretaria de Assistência Social, porém informa que hoje quando foi solicitar café disseram para a Sabrina ir fazer, o que não é atribuição dela. Vitor diz para solicitar gratificação por acúmulo de função. André diz que então são coisas básicas, que estão nas Resoluções e no próprio ECA, que a prefeitura que deve munir o conselho e não o faz, então foi feita essa solicitação. André informa que foi solicitado inclusive armários com chaves, devido ao sigilo que deve ter nas questões da criança e do adolescente, documentações da eleição do CT, que também não foi mencionado na resposta. André diz que não deveria acontecer de as documentações da eleição do Conselho Tutelar ter que ficar guardadas com o presidente devido não ter um local adequado para arquivar na sede do CMDCA. Eliezer diz que é um absurdo: todos que entram na Secretaria de Assistência ter acesso a esses materiais, tanto que em gestão anterior acabou sumindo algumas documentações de inscrição do CT. André diz que a primeira resposta encaminhada pela administração ficou vaga, portanto foi encaminhado novo ofício solicitando especificações, e até então não tiveram resposta por escrito. Com a solicitação de carro com motorista foi atendido em partes pela Secretaria de Obras no evento de ontem. André diz que no ofício solicitou também a disponibilização de serviço de correios devido ao fato de os conselheiros estarem dispendo de seu tempo voluntariamente para realizar as entregas, diz que tem conhecimento que o presidente anterior Eliezer fazia algumas voltas, porém informa que seu tempo, e o dos demais conselheiros têm um custo. André diz que os conselheiros estão participando demonstrando o interesse em mudar a política pública e o mínimo que precisam é de condições mínimas de trabalho: seja uma mesa maior, um café. André diz que o CMDCA precisa de mais respeito e mais dignidade e que o conselho é vinculado ao Gabinete do Prefeito para que forneçam o que se precisa. Tendo o correio, se faz a entrega com AR e manda, pois quem já entregou ofícios na câmara sabe que não é fácil encontrar todos os vereadores. Eliezer informa que essa é uma briga de anos, que já foi encaminhada solicitação de materiais em anos anteriores e sugere que notifiquem o MP solicitando quais os procedimentos devem tomar em caso de descumprimento da TAC. Eliezer diz que não possuem nem um local adequado para as reuniões, pois estão dividindo a sala com materiais e almoxarifado. Vera diz que deveria ter um local para todos os conselhos, pois o conselho do FUNDEB e da Educação sofrem do mesmo problema, e dependem dos dias que tem ou não licitação para utilizar a sala. Elizabeth diz que o espaço deveria ser só para o conselho. Eliezer concorda e diz que as documentações ficam expostas para qualquer um mexer, e relata que o antigo local de reuniões do CMDCA era melhor, apesar de que a Sabrina ainda dividia a sala com outra funcionária. André agradece o apoio do Eliezer e diz que não deixará o ano acabar assim, o CMDCA deve tomar decisões, pois na questão legal a prefeitura deveria prover sala própria e todas as condições materiais necessárias para o bom funcionamento do conselho. O CMDCA deve ter um espaço grande à disposição, ter sala do CMDCA isolada com todas as documentações devidamente guardadas. André sugere oficializar o MP colocando o trecho da ata que diz que já foi solicitado em anos anteriores sem ser atendido. Eliezer sugere anexar os ofícios antigos. André informa que sobre a biblioteca pública a conselheira Renata ficou responsável por falar com a Yara, porém não conseguiu resposta por escrito e não está presente. Vera diz que estão com previsão de abrir ainda este ano a Biblioteca Pública no arquivo público, porém estão realizando os trâmites necessários para comprar computadores e livros, que têm poucos. Luciane questiona se tem previsão de datas para a abertura. André diz que tiveram mais uma vez uma resposta vaga, pois a primeira solicitação foi em outubro do ano passado e sugere oficializar a Secretaria de Educação com cópia ao MP. Eliezer diz que se tomar por base os demais assuntos esse é recente, pois tem que verificar se o local precisará de reforma, licitar materiais, verificar se tem prateleiras, comprar os computadores, pois tem toda uma burocracia. Eliezer diz que não concorda em mandar com cópia para o MP, já o da solicitação de materiais sim, pois já foram enviados diversos ofícios sem resposta. Guilherme diz que o CMDCA deve tomar cuidado,

e faz uma observação que o MP é sim um órgão fiscalizador, porém não deve haver banalização, pois tem assuntos que são mais sérios e que realmente precisam de atenção com maior urgência, pois se começarem a encaminhar cópias de todos os ofícios que forem enviados aos demais setores terão vários e vários ofícios na mesa. Guilherme diz que essa política de arrumar a biblioteca não é competência do CMDCA e sim da Secretaria de Educação, que existe para discutir questões específicas das Políticas Públicas. Se não caso aconteça algo no postinho na saúde envolvendo criança e adolescente o CMDCA quer resolver no lugar da saúde, ou seja, estarão discutindo sempre questões específicas e terão pouco tempo para discutir questões gerais que são suas atribuições. Guilherme diz que devem ter cuidado para não criar também problemas entre conselho e administração, sendo que os maiores afetados serão as crianças e adolescentes. Hamilton concorda e diz que poderiam criar uma animosidade entre o conselho e administração sobre questões que poderiam ser resolvidas de outra maneira. Vitor sugere procurar o Conselho de Educação e cultura, fazer um ofício para que eles realizem esse acompanhamento. Vera informa que amanhã terá reunião do Conselho de Educação na sala de reuniões. André confirma presença. André diz que as opiniões devem ser fundamentadas e coloca em votação, e diz que a abertura da biblioteca em sua visão não é somente uma questão cultural, mas uma questão de conscientização e cidadania. André diz que em discussão no conselho foi entendido que teve um direito violado e sugere oficiar a Secretaria de Educação para dar um prazo, pois por mais que demore terão uma previsão para posteriormente cobrar. Vera responde que não tem previsão ainda. André sugere solicitar informação mais específica, com previsão de datas. Eliezer diz para solicitar quais as ações que estão sendo efetuadas para que essa abertura se concretize. Priscila diz que a Cida da delegacia tem bastantes livros e já procurou o CT, pois tem interesse em doar livros e na abertura da biblioteca. Eliezer diz que devem solicitar qual o andamento das ações, qual o cronograma, o que foi feito e quais os próximos passos. Vitor informa que teve uma conversa com a Academia Capivariense de letras, e eles também têm interesse em auxiliar, porém eles têm o recesso que acredita que vai até após o carnaval, porém podem contribuir com a doação de livros. Marcos informa que faz parte dessa Academia e que terão reunião na parte da tarde, onde pode estar passando essa solicitação. Luciane questiona quem é o responsável. Eliezer informa que participam o Edinho, o Expedito. André solicita aos representantes da Associação Jorge Lacerda que passem por e-mail ao conselho todos os eventos que tiverem no Parque Ambiental direcionados a crianças e adolescentes. Marcos concorda e aproveita para informar que dia 10 de março terá o primeiro domingo no Parque, a partir das 14h ao ar livre, e informa que todo mês farão um evento especial. André informa que o CMDCA recebeu através de e-mail propostas para capacitação sobre o SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência, porém já foi falado na reunião da rede que o Conselho Tutelar do município não está utilizando devido a problemas com a internet. Priscila diz que o CT já participou de capacitações acerca do sistema, inclusive gratuitas, porém não tiveram como treinar devido à internet utilizada no CT não suportar o sistema que é pesado. Guilherme diz que o SIPIA CT tem uma função básica que é integrar as informações do CT, com o judiciário. Já o SIPIA SINASE é quando o adolescente cometeu ato infracional, então quando a polícia coloca a mão no adolescente ator de ato infracional, que é quando o fator de risco é alto, significa que todas as outras políticas falharam. O SIPIA é um sistema integrado que é de utilização do CT, mas também do CMDCA devido ele conter dados estatísticos. Guilherme diz que Capivari está dando um passo largo realizando o controle social com a rede toda, pois essa é uma atribuição do CMDCA contido no art. 88 do ECA. Eliezer questiona se essa proposta de capacitação seria para utilizar os recursos do FIA, e questiona se foi solicitado o envio dessas propostas, pois acredita que é uma questão que o CT deve resolver com a Administração. Guilherme discorda e diz que o CMDCA é responsável por fazer o controle social, e a implantação do sistema ajudaria na confecção das documentações que o CT emite, pois já estão prontas no sistema, bastando apenas o preenchimento que possibilitaria uma melhor visualização dos dados diagnósticos por parte do CMDCA. Exemplificando que é como um prontuário na saúde. Guilherme diz que o Dr. João, promotor de Santa Catarina é um dos maiores apoiadores do SIPIA, e não sabe como o promotor deste município ainda não está cobrando a sua utilização. Em outras cidades são os conselheiros tutelares que não alimentam, ao contrário deste município em que as conselheiras querem alimentar o sistema e não conseguem. Guilherme relata que o sistema é um passo a frente para se fazer a política pública. Priscila exemplifica que houve casos de ter atendimentos de 2014 que foram feitas novas fichas, o que não será mais necessário fazer caso utilizem o sistema. Priscila reforça que querem abastecer o sistema, mas não conseguem devido à internet não suportar. Priscila informa que já tiveram reuniões com a CT Cíntia de Tubarão a fim de implantar o sistema. Pedro informa que Cíntia é sua mulher e

que em Tubarão também querem utilizar, porém também tem problemas com a internet e pra conseguir computadores. Luciane afirma que o SIPIA é Federal. Guilherme diz que em Santa Catarina a implantação do sistema começou a ser desenrolada através de parcerias com ACCT e Secretaria de Estado. Luciane questiona se tem garantias de que esse sistema irá continuar ou acabará. Guilherme diz que o CONANDA possui uma resolução que diz para informatizar, então com certeza depois de iniciado não voltarão às fichinhas, e explica que o que pode acontecer é mudar a pessoa responsável pelo SIPIA no Estado, mas que não acabará e sim o sistema será aperfeiçoado cada vez mais. Luciane diz que antes de tudo devem brigar pela internet. Eliezer chama a atenção dos conselheiros para se atentarem aos itens da pauta, se essa proposta apareceu para ser financiada com recurso do FIA, pois o treinamento diz acreditar que é com o Estado. André diz que ficou em haver também o ofício à Secretaria de Educação com cópia para o MP, no qual solicitaram informações sobre os alvarás e habite-se nas escolas, mas que não tiveram resposta ainda. Luciane diz que há um item na pauta sobre essa questão. André diz que então deixará para debater depois. Eliezer sugere que alguém verifique com o CEDCA como está essa questão da implementação do sistema, para que tendo uma clareza tomar uma decisão mais embasada. Priscila diz que questionará a Cíntia no whatsapp para verificar se estão utilizando e se está funcionando o SIPIA em Tubarão. André diz que sobre essa questão o CT retornará na próxima reunião. Sobre os prazos de registro das entidades no CMDCA, André questiona quais são as entidades. Sabrina informa que o CEACA está com a inscrição para vencer, fazendo dois anos agora em março. Luciane diz que a Rosa já tem conhecimento. André reforça que a conselheira já sabe. Eliezer solicita que seja informado o prazo do Escoteiro. Sabrina diz que irá verificar e estará informando posteriormente. Sobre o item 11, André informa que algumas questões estão sendo discutidas nas comissões, informando que as datas da eleição do Conselho e da Audiência Pública primeiro verá com a Comissão de Normas para após passar em plenária. Hamilton questiona se os conselheiros leram a circular encaminhada através do e-mail pela Sabrina, nela diz que os vereadores devem aprovar a lei. Eliezer diz que são etapas e ainda estão na discussão sobre a alteração da lei e após sim será encaminhado à câmara. Guilherme diz que a eleição do Conselho Tutelar deve ser prioridade, pois existem prazos a serem cumpridos, o edital deve estar publicado seis meses antes da eleição, ou seja, abril, portanto a questão da atualização da lei deve ser somente até final de março, pois a data da eleição em todo o território é dia 06 de outubro. Guilherme aproveita para informar que foi feita uma comissão no estado e estão disponibilizando no dia 07 de março uma web conferência às 14h para capacitar os conselheiros para a realização do processo de escolha. Sabrina informa que já foi disponibilizado no grupo de whatsapp do CMDCA. Guilherme informa sobre a existência de modelo de lei, e que estarão disponibilizando também um modelo de edital para que seja aprovada em plenária e as coisas se encaminharem logo. André diz que essa minuta de lei está sendo analisada pela Comissão de Normas, e que após encaminharem para a plenária para que seja realizada a aprovação. Vitor sugere fazer uma comissão exclusiva para as eleições do CT, pois será ela que irá verificar questões do processo da própria eleição, já se mobilizar para verificar os locais, o pessoal, que só a comissão de normas não dará conta. Eliezer diz que já devem se agilizar pra oficializar o RH da prefeitura, pois fará parte da busca por candidatos, verificar qual é a remuneração atual do cargo item por item: salário base, vale alimentação, horas extras, pois também servirá como base para discussão se vão exigir nível superior ou não. Eliezer diz para já realizar também o contato com a Justiça Eleitoral para verificar a questão do empréstimo das urnas que não pode ser deixado para a última hora. Guilherme diz que para formar a comissão do CT o conselheiro deve se atentar que tem que ter tempo, pois terá trabalho. André diz que marcará reunião da Comissão de Normas para analisar o edital logo após essa reunião. Com relação à questão da campanha do FIA, André informa que na próxima reunião da Comissão do FIA, que já está marcada para dia 11 de março, definirão ações a serem realizadas em meio aberto, no Parque Ambiental e fala que precisará da ajuda das adolescentes e dos demais que estiverem interessados a auxiliar nessa campanha. Guilherme diz que é importante amarrar logo essa Comissão para o CT. André diz que primeiramente passará essas questões para a Comissão de Normas e após formará a Comissão CT e passará a informação a essa comissão. André diz que marcará uma extraordinária, e enfatiza a importância de dar quórum. André informa que recebeu os relatórios do Conselho Tutelar, e diz que sobre eles já foi conversado na reunião de rede. Eliezer questiona se mantém como problemas principais do município a evasão escolar e a negligência. Priscila confirma e diz que na questão de resumir os tipos de violência o SIPIA auxilia, e facilitaria o entendimento. Eliezer questiona como o CT tem a informação sobre o número de evasão escolar. Priscila informa que é através do Sistema APOIA, o CT tem quinze dias para realizar ações para que a criança ou

adolescente volte para a escola, mas informa que nem todas as escolas utilizam o sistema. Eliezer diz que essa não utilização é uma denúncia grave. Pedro Paulo diz que a Secretária de Educação deveria saber quando não é utilizado e cobrar. André volta a falar sobre o ofício encaminhado para a Educação e MP solicitando informações acerca do habite-se da CEI Anita e a solicitação da informação sobre algumas escolas também não possuem alvarás. Vera acredita que é o ofício que ficou na mesa dela, a Yara provavelmente deu resposta, porém ainda não digitou. Guilherme reforça que questão de escolas, CEIs é competência do Conselho de Educação, o CMDCA não entra internamente na questão, e reforça para o CMDCA não comprar brigas que não são de sua atribuição. O CMDCA verifica quais são as falhas e dão a diretriz de como as coisas podem acontecer. O Conselho de educação sim verifica as questões de escolas, e verifica com a administração as ações a serem feitas. André diz que o CMDCA recebeu um ofício do conselho tutelar e fora entendido que as crianças teriam um direito violado. Guilherme diz que se houve o equívoco devem receber e encaminhar ao conselho competente. Priscila questiona a Guilherme se o CT não deveria participar também das reuniões dos demais conselhos como o da Educação. Guilherme diz que não precisa estar in loco, mas se atentar aos assuntos que são discutidos. Priscila diz que o CT é acionado somente para apagar incêndios. André sugere encaminhar ofício ao Conselho de Educação. Conselheiros concordam. Com relação ao parecer da Comissão de Fiscalização, Vitor diz que está confeccionando por escrito, mas não trouxe, pois está ajustando as imagens ao documento. Vitor diz que não é um relatório conclusivo, pois a obra ainda está em andamento, faltando alguns itens: baldame, laje, piso, portas, maçanetas, e detalhes finais. Eliezer diz que o projeto é para entregar as três salas totalmente prontas. Vitor então diz que aproximadamente 35% da obra está feita e informa que a entidade está executando dentro do cronograma, porém pelo observado a obra está parada, pois não havia pessoas no local. Eliezer diz que sobre a obra já adianta ao CMDCA que iria solicitar uma pesquisa da possibilidade de ter um aditivo para o projeto, pois inicialmente ele foi feito pensando somente nos gastos com materiais, e que a mão de obra seria realizada em um sistema de mutirão com os pais dos alunos. E diz que podem solicitar aditivo em até um mês antes do término. Eliezer diz que a justificativa é que o recurso foi todo gasto e utilizado contrapartida da entidade, e informa que ainda está pensando se solicitará somente a prorrogação do prazo ou complementação das verbas do FIA. Hamilton questiona se a Comissão que analisou o projeto aprovou a questão do mutirão. Luciane diz que não foi o mutirão que foi aprovado e sim a utilização do recurso na construção. Vitor exemplifica: caso alguém fosse comprar uma ambulância e solicitasse R\$15 mil, pois R\$100mil já tinham prometidos por alguém, esse alguém morre e não consegue o dinheiro, é uma eventualidade que pode acontecer. Eliezer diz que esse tipo de coisa não dá pra prever. Assim como no projeto cancelado do CEACA, a entidade conversou com duas empresas: a GAM e a Engie para conseguir o recurso, porém a Engie repassou, mas a GAM que também iria repassar o valor como doação não o fez, pois decidiu direcionar para outro município: Tubarão. Eliezer diz que no projeto foi mencionado que a obra seria realizada em sistema de mutirão sim, mas que sirva de alerta a todos os conselheiros que as Comissões não aprovam nada, quem decide é sempre o Conselho, e a partir do momento que é passado na plenária e todos aprovam estes também passam a ser responsáveis e completa que a plenária não é obrigada a concordar com o parecer da Comissão. Hamilton diz que em outra ocasião não foi aprovado um projeto da APAE, pois foi questionado o valor que era muito alto para um dia, mas que foi um desperdício, pois o profissional que viria era capacitado. Vitor informa que não foi somente esse o critério de avaliação, mas que no projeto também constava um valor direcionado para a empresa que elaborou o projeto. Hamilton questiona se o FIA vai ter recurso para estar investindo nesse aditivo. Vitor diz que por enquanto o projeto da entidade está dentro do prazo, agora é estudar como fazer esse aditivo do prazo para concluir. André diz que essa informação também deixará para a extraordinária, e solicita que Vitor encaminhe o relatório por escrito ao CMDCA. Vitor informa que logo estará encaminhando. Guilherme diz que a entidade pode apresentar a proposta de aditivo, mas o grupo pode ou não aprovar a disponibilização do recurso, caso a resposta seja negativa a entidade deverá correr atrás. André informa que a Alessandra do Controle Interno apresentará a prestação de contas do FIA em outra reunião, devido estar envolvida com a Audiência Pública que terá na Câmara e, portanto a Comissão de Normas adiou a confecção do Plano de Ação e aplicação. André diz que deixará os assuntos: 16, 18 e 20 da pauta para serem discutidos na próxima reunião devido o tempo escasso. Conselheiros concordam. Sobre o item 17, Sabrina informa que está sem o pendrive que está com as alterações realizadas pela Comissão. André diz que marcará então extraordinária para a deliberação. Com relação à Comissão do FIA Sabrina informa que na reunião anterior apenas foi decidido que a Elisabeth participaria da Comissão do FIA como entidade civil,

pois foi decidido ela trocar: sair da Comissão de normas, faltando a confirmação dos membros governamentais, que estava também como membro a Patrícia da assessoria especial que está de licença, necessitando de mais um membro para ficar paritário. André sugere deixar a alteração da Comissão do FIA para a próxima, pois ainda não tem a confirmação de se o Mário, que não está presente, quer participar. André relata que devido a entrega das alterações da Associação Jorge Lacerda os conselheiros devem decidir se aprovam ou não. Eliezer diz que ou o conselho mantém a linha de não aceitar documentos sem assinaturas ou vai abrir a possibilidade para as demais entidades. André diz para então o conselho analisar os projetos enquanto o representante da associação: Marcos vai buscar a assinatura faltante. André solicita que Sabrina confeccione o parecer da Comissão de Normas que sugere a aprovação do projeto para coletar as assinaturas dos membros enquanto Pedro explica os projetos. Vera diz que o projeto guardas ambientais trabalha a questão de hierarquia e que é visível que as atividades dos dois projetos mudam muito os participantes, que voltam com um bom comportamento e disciplina. Eliezer diz que o projeto em si é muito bom, porém a única questão que deveria ser melhorada é o critério de acesso, pois quando foi apresentado na reunião do Conselho do meio ambiente, era feita uma redação e escolhiam os melhores, tendo escolas que não tiveram nenhum participante, e não é esse o objetivo para uma proposta social, que deve pegar o público vulnerável, e diz que deveria ser ao contrário: melhorar aquele que possui dificuldades. Hamilton concorda. Eliezer diz que da forma como havia sido feito não inclui, muito pelo contrário, divide mais ainda. Vera diz que participou das reuniões da comissão e informa que as visitas iniciais nas escolas eram para verificar quem possuía interesse em participar, e após reunia-se para realizar as provas, mas diz que viu crianças que não tinham estrutura passando na prova, devido ao esforço para querer participar. Vera diz que uma pena é não ter conseguido a participação das escolas do Estado, pois teria que ter autorização da GERED, Vera diz que deixou toda a documentação e muitos pais interessados foram procurar, e reforça que todas as escolas deveriam estar abertas para receber o projeto. Hamilton diz que, não desmerecendo a entidade, a participação da polícia dava uma maior credibilidade. Vera diz que já tinham aberto as inscrições, publicado até no site da prefeitura e tiveram a surpresa de que não ia acontecer mais. Hamilton diz que presenciou o desfile de 07 de setembro, que as crianças mostraram o grito de guerra, que foi muito legal. Eliezer diz que de fato o projeto muda a vida de muita gente. Pedro diz que terão o apoio da polícia e que manterão a hierarquia, uniformes. E diz que algumas empresas já possuem um olhar positivo sobre o projeto. Luciane diz que a entidade precisa marcar reunião com o CRAS. Eliezer diz para constar em ata que a Associação Jorge Lacerda apresentará um plano de pagamentos parcelados. Devido o retorno da documentação com a devida assinatura, André coloca em votação a inscrição da Associação Jorge Lacerda. Sendo aprovada pelos conselheiros por unanimidade. André coloca em votação os projetos apresentados pela Associação Jorge Lacerda: Guarda Ambiental e Estação Cultural. Sendo ambos aprovados pelos conselheiros por unanimidade. André diz que tem uma observação a fazer que a reunião da Comissão de Normas que aconteceu anterior a essa foi uma reunião pontual, mas que não se tornará corriqueiro e explica que se deu somente pela urgência de a entidade querer iniciar os projetos, está com previsão de início em março, necessitando da urgência na aprovação. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 11h30min. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.